

ESCOLA E TRABALHO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DO LOCAL E DO GLOBAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA PRÁXIS EMANCIPADORA

Carolina de Cássia Ribeiro de Abreu

Assistente Social, Professora da Faculdade de Medicina de Campos,
Mestranda em Políticas Sociais na UENF/CCH e membro da Comissão
Municipal de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

ARTIGO

Resumo

Este artigo é fruto do início de uma pesquisa que busca investigar as representações presentes acerca do trabalho para o adolescente cortador de cana. Realizando as primeiras aproximações com esses adolescentes (protagonistas de sua história) algumas questões começam a ser levantadas.

Como forma de suscitar o debate, pretende-se com estas reflexões contribuir para que a busca da compreensão desses fenômenos presentes na região norte-noroeste do estado do RJ faça parte dos estudos nos diferentes espaços, seja na academia, nos sindicatos ou na elaboração de políticas públicas.

Este trabalho pretende sinalizar questões presentes na relação educação/trabalho do adolescente cortador de cana.

Primeiramente será situada a relação educação/trabalho frente aos desafios das novas tecnologias, num contexto no qual as relações de produção se encontram tão arcaicas, como é o caso específico do trabalho na lavoura de cana de açúcar. Educação, neste caso, longe de significar um instrumento concreto de mobilidade social e de ampliação de expectativas. Em seguida será analisado as relações que o adolescente cortador de cana estabelece com o trabalho e a escola. Finalmente, serão apresentadas as propostas que vêm sendo construídas no debate teórico-prático.

1 A relação educação/trabalho

Muitas são as transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho e na concepção de educação. Apesar disto, ainda nos deparamos com relações ainda arcaicas, nas quais jovens se inserem no mercado de trabalho e se des-inserem da escola, sem apresentar condições de disputa no processo produtivo.

Paul SINGER (1981) quando discute a questão da estrutura de classes utiliza o termo "subproletariados", para caracterizar aqueles que não conseguem se tornar classe "para si", não obtendo as condições econômicas básicas para resistirem ao processo de exploração ao qual estão submetidos.

Diante do reordenamento do mundo do trabalho no qual diversos autores vem discutindo a sua centralidade, a questão da relação educação/trabalho permanece presente nos debates entre sociólogos, economistas e antropólogos.

O trabalho enquanto práxis humana continua a ser uma categoria central. As metamorfoses que vem sofrendo trazem à tona a questão de como entender os processos de educação e formação humana num contexto no qual o desemprego estrutural se faz presente. Ao mesmo tempo exigências como a incorporação de novas tecnologias, aumento de qualidade do produto/qualificação do trabalhador e crescimento econômico se colocam no cotidiano do processo produtivo.

Assim, a questão central deste artigo é: como vem se dando a mediação entre as relações sociais e produtivas e a educação, no cotidiano do adolescente cortador de cana?

O quadro atual não é nada animador, quando assistimos ao processo de desmantelamento do Estado.

À educação vem se reduzindo a um mínimo de escolaridade para os mais pobres. Ao mesmo tempo se exige dos pobres uma requalificação para que se tornem empregáveis, ou entrem na economia informal. Toda essa busca para que não caiam no grupo dos economicamente dispensáveis.

Pensar concretamente estas questões significa o remetimento à reflexão de como o sistema de educação básica vem sendo construído no cotidiano dos diversos atores envolvidos nas relações sociais e produtivas. Qual a função social e cultural da escola nesse processo e até que ponto vai contribuir para o que Miguel Arroyo vai chamar de "exigências contemporâneas de formação intelectual e moral do ser humano, de sua autonomia, liberdade e emancipação." (ARROYO, 1998, p. 154)

Sem dúvida, estas questões remetem à reflexão de como se manifesta no cotidiano dos adolescentes trabalhadores às práticas educacionais, seja através da escola, seja através do trabalho.

2 A escola e o trabalho como ações educativas/deseducativas

O trabalho como princípio educativo, bem como a relação escola/trabalho/educação/produção não devem se restringir às transformações ocorridas no mundo do trabalho. É preciso resgatar questões que se fazem presentes nas relações de produção e cultura, bem como nas questões subjetivas que fazem parte da história do sujeito, de como vem sendo construída sua autonomia e liberdade individual e coletiva. Ou seja, pensar o trabalho com princípio educativo significa situá-lo "no campo de preocupações com a universalidade dos sujeitos humanos, com base material (a técnica, a produção, o trabalho), de toda atividade intelectual e moral, de todo processo humanizador". (ARROYO, 1998, p. 152)

Ainda discutindo a questão Arroyo enfatiza a educação dentro de uma concepção ampla, no sentido "de dar conta da universalidade, pluralidade, omnilateralidade das dimensões humanas e humanizadoras a que todo indivíduo tem direito por ser e para ser humano. Essa universalidade da ação educativa é a concepção... da pedagogia do trabalho e da libertação, do trabalho como princípio educativo..." (idem, p. 155)

Analisando a escola construída dentro de uma prática educativa alternativa identifica-se algumas questões que vão determinar como o projeto educacional vai ser construído social, política e pedagogicamente.

A escola vem sendo construída calcada no progresso, na introdução de hábitos civilizados, voltada portanto, para a vida nas cidades e na indústria. (SAVIANI, 1998). O projeto de educação vem sendo construído fora da escola, fora do cotidiano dos professores e dos alunos, sendo imposta uma ideologia e uma teoria pedagógica e curricular destoante da realidade e de um projeto pedagógico centrado na ação educativa. O projeto verticalizado, em nome da revolução tecnológica, chega pronto através dos currículos na área rural, ignorando toda a singularidade que lhe é própria. Projeto este que obriga as crianças a aceitarem os códigos impostos, que não correspondem a sua realidade e muito menos respeitam os valores e cultura do mundo rural. Isto acaba contribuindo cada vez mais para que o homem do campo ache que o rústico significa atraso, não desenvolvido, levando assim a sua expulsão em busca de condições, teoricamente, mais dignas de vida.

Paolo Nosella fazendo um balanço da escola brasileira no final do século enfatiza: "é puro idealismo pretender um sistema de ensino moderno, de qualidade e universal assentado num sistema produtivo semi-industrial, onde o arcaico, frequentemente, é a alma oculta do próprio 'moderno'" . (NOSELLA, 1998, p.180)

Todo esse avanço tecnológico que veio com o processo de industrialização não chegou para todos, da mesma forma ocorre com a escola, vide o índice de analfabetismo das

crianças e adolescentes cortadoras de cana por exemplo. Das 2614 crianças e adolescentes inseridos no PETI (Programa de prevenção e erradicação do trabalho infantil), 49% encontram-se na 1ª série, significando que quando entraram no programa -em 1998- eram analfabetas e muitas delas nunca haviam frequentado a escola. (cf. ABREU, 1999)

As transformações tecnológicas que se manifestam neste fim de milênio não se traduzem em acesso para a maioria da população, permanecendo uma promessa longínqua de tornar-se realidade, "pois o capitalismo se vê impossibilitado de cumprir tarefas sociais correspondentes ao avanço tecnológico alcançado. Este desenvolvimento, por si só, não garante a geração de uma sociedade realmente emancipada da pobreza, pois é modelado pelas relações de produção dominantes." (MACHADO, 1998, p.170)

Arroyo realiza uma reflexão pontual sobre a relação educação-trabalho no processo de repensar a ação pedagógica. Em sua pesquisa conclui que "a escola é educativa através de um conjunto de práticas sociais materiais" (ARROYO, 1998, p.160). Assim, a escola não tem um fim em si mesma, mas se constitui um instrumento situado num contexto de valores e acúmulos, onde tanto as crianças, como os professores trazem de sua história de vida. Portanto, a construção de uma ação educativa não pode deixar de levar em conta as relações sociais e produtivas nas quais os atores envolvidos interagem entre si. No caso da criança e do adolescente trabalhador na lavoura de cana é preciso compreender que condições materiais e de existência estes estão submetidos, para que a ação educativa tenha um caráter formador e não deformador; emancipador e não alienador.

Da mesma forma que a escola se apresenta alheia ao caráter educativo que deveria ter, a organização do trabalho, em última instância, acaba por ter um caráter eminentemente disciplinador e em especial do trabalho infantil.

"O trabalho infantil precoce é valorizado como recurso de formação moral do trabalhador...inserir-se prematuramente no

trabalho é reconhecer, aceitando, a falta de alternativa e o destino social já dado, percepção que só pode ser internalizada com a aprendizagem da mortificação do eu, com o enobrecimento do sentimento de resignação." (NEVES, 1998, p. 137)

Em sua fala, os adolescentes trazem um sentido de resignação, como se o destino tivesse traçado o trabalho na lavoura de cana como única alternativa a sua vida.

Faz-se necessário, portanto, um maior aprofundamento de compreensão da dinâmica da ação educativa tanto da escola como do trabalho, como forma de desmistificar as virtualidades presentes nestes espaços como dados em si mesmos.

Acácia KUENZER (1998) destaca as condições de exclusão a que estão submetidas a classe trabalhadora dentro do processo de globalização, porém sinaliza tanto a educação básica como a profissional como uma possibilidade na construção da cidadania e que hoje para se produzir uma nova teoria da educação dentro e fora da escola comprometida com um projeto socialista é preciso ir ao mundo do trabalho e partir da análise das relações sociais e produtivas. Para que isto ocorra KUENZER defende que partamos do mundo do trabalho com o devido retorno à escola; investindo na discussão de alternativas para o enfrentamento de questões imediatas. Assim evitamos ficar limitados aos discursos teóricos e globais, que pouco ou nenhum contato têm com a realidade local.

3 O cotidiano do adolescente cortador de cana: trabalho e escola

No que diz respeito ao trabalho na lavoura de cana podemos relacioná-lo com as rearrumações das novas bases materiais de produção? Que exigências o trabalho na lavoura requer do trabalhador? É exigido dele que aja intelectualmente e pense produtivamente?

Constantemente os autores que se situam no debate contemporâneo trazem a discussão da centralidade do sujeito situado nas relações sociais de produção.

"O trabalho não implica uma atividade eminentemente técnica, mas as condições do sujeito que trabalha. Assim, no trabalho estão implícitas, além do produto do trabalho, as reações subjetivas do trabalhador, sua capacidade de incorporação de novos conhecimentos, suas formas de relacionamento interpessoal, os motivos que o levam a trabalhar." (CRUZ, 1999, p. 179-80). Esses elementos repercutem na consciência do trabalhador.

Que sujeito é o adolescente trabalhador?

Certamente, o adolescente é um sujeito prisioneiro dos limites que o seu trabalho e suas condições materiais de existência o singulariza.

A reprodução social dos trabalhadores adolescentes está condenada à uma economia voltada para monocultura, tendo suas ações reduzidas e suas expectativas limitadas, cabendo aceitar as condições de exploração que lhe são oferecidas, situando-se num contexto de exclusão. Em entrevista a um adolescente de 16 anos na favela da Aldeia, podemos compreender esta situação.

Este adolescente disse que tinha levado somente a marmita, sendo que tinha saído de casa às 6 h da manhã, retornando à casa 13 horas depois. Ele apresentava a falta de vários dentes na arcada dentária, de forma visível, demonstrando o excesso de açúcar ingerido através da cana para diminuir a fome. Ao mesmo tempo que não tem acesso ao serviço de atendimento odontológico. O que acaba comprometendo a saúde deste jovem.

Na pesquisa realizada em Campos sobre a perversão do trabalho infantil, a pesquisadora Delma Pessanha Neves levantou diversas questões em seu estudo. No que diz respeito ao trabalho infantil e a escolaridade Neves desenvolveu uma ampla pesquisa e aponta a expectativa dos pais com relação a necessidade do estudo dos filhos, como forma de poderem superar as condições de vida a que estão submetidos. Mas estas expectativas dentro de condições sociais dos cortadores de cana se restringe no máximo à conclusão do 1º grau como possibilidade de escapar ao trabalho pesado e desqualificador que é o corte de cana. (NEVES, 1998)

Porém nas entrevistas realizadas com adolescentes que se encontram trabalhando no corte, os mesmos não identificam a escola como possibilidade de mudança e nem de contribuir para construir um futuro melhor. Os adolescentes entrevistados identificam que se estudassem a sua vida poderia ser diferente, mas colocam a escola como algo distante da sua realidade. Contudo, assumem a culpa para si, pois são unânimes em dizer que por terem cabeça dura, não conseguem aprender nada.

Esta situação nos remete a questão de como é construída socialmente a escola no imaginário do adolescente trabalhador?

Analisando os limites da escola Neves diz que o cortador de cana dá a sua própria sentença, à medida que seu desempenho "não exige maior grau de instrução, de sua perspectiva, ampliar a escolaridade é um contra-senso. Sacrificar um interesse tangível por um interesse abstrato, porque de antemão visto como inatingível, é negar-se socialmente por viver como se realizasse a projeção inalcançável." (NEVES, 1998, p. 136)

Em seu livro publicado há 10 anos atrás, Neves analisa a inserção da maioria dos trabalhadores da lavoura de cana na informalidade ou clandestinidade. Hoje o quadro se mantém perverso. Estes trabalhadores não têm seus direitos sociais e trabalhistas assegurados, e ainda têm de conviver com o desemprego constante no momento da entre safra, tendo como alternativa os biscates na construção civil ou indo tentar a vida na região dos lagos, onde se propõem a fazer de tudo.

No que diz respeito aos trabalhadores adolescentes, estes estão sempre na clandestinidade e nunca têm direito trabalhista garantido, pois isto seria legitimar a ilegalidade, já que é vedado o trabalho perigoso, insalubre ou penoso para menores de 18 anos. (cf. Estatuto da criança e do adolescente, lei 8069/90).

Em entrevista a um adolescente vítima de um acidente de trabalho o mesmo relatou que nunca recebeu nada como indenização.

- “Você já sofreu algum acidente no corte?”
- Já perdi um pedaço do dedo?
- O que você sentiu na hora, o que você fez?
- Eu deixei lá o pedaço, não senti nada o sangue estava quente, o empreiteiro me trouxe para o hospital...
- Você recebeu alguma coisa por isso?
- Não, nunca recebi nada.
- Você fez alguma coisa para receber?
- Dá muito trabalho...demora muito e não resolve...
- Quando foi isso?
- Faz mais de três anos”...(adolescente entrevistado na favela da Aldeia em julho de 1999)

A resignação é presente na fala do adolescente, demonstrando uma elevada apatia e alienação do processo de exploração ao qual está inserido, um certo estranhamento, não se reconhecendo enquanto cidadão de direitos, ao mesmo tempo que desacredita da justiça e tem medo de queimar sua imagem e não conseguir mais trabalho. (cf. NEVES, 1989)

Assim retrata-se o quadro perverso a que está submetido o adolescente cortador de cana. O adolescente desenvolve uma atividade considerada ilegal para sua idade, e por isso, não tem possibilidades de ter seus direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Isto o situa num contexto de exclusão, pois o mesmo fica à margem das demais políticas que poderiam a vir proporcionar-lhe alguma mobilidade social. As expectativas destes jovens, se restringem à luta pela garantia da sobrevivência sua e muitas vezes de sua família. A escola enquanto instrumento de emancipação e mobilidade social, fica então, imersa neste contexto socialmente agudo.

4 Aproximações Conclusivas

Investigar a relação entre os fenômenos da globalização da economia e da reestruturação produtiva com a construção de uma prática pedagógica escolar e extra escolar alternativa, voltada para os interesses da classe trabalhadora, é sem dúvida um grande desafio.

Pesquisar a relação educação-trabalho vem sendo tema de diversas pesquisas, que se voltam para a investigação dos objetos como: organização do trabalho, novas tecnologias, currículos, sendo que todos os autores citados neste trabalho não deixam de considerar a centralidade do sujeito na relação educativa.

Na apresentação do livro Educação para o (des) emprego Gaudêncio FRIGOTTO (1999) expõe as transformações que se apresentam no atual cenário tanto econômico-político, quanto no educacional. Estas questões situam-se dentro do “ideário da globalização, em sua aparente neutralidade, cumpre um papel ideológico de encobrir os processos de dominação, as relações imperialistas do capital e a extraordinária ampliação do desemprego estrutural, trabalho precário e aumento da exclusão social.” (FRIGOTTO, 1999, p. 9)

Ainda prefaciando o livro, FRIGOTTO destaca como a questão da “educação básica, unitária, universal, pública e laica... como um direito subjetivo de qualificação básica para todos. Técnica, científica e politicamente, esta educação é pressuposto para a formação técnico-profissional e, no médio e longo prazo, pode vir a desempenhar um papel fundamental na democracia..”

Somando-se a esta análise encontra-se Demerval Saviani que diz: “Sem um sistema educacional consolidado sobre a base de uma escola elementar comum universalizada, não será possível modernizar o parque produtivo nacional.” (SAVIANI, 1998, p. 166)

A escola tem se caracterizado como um locus de seleção, definindo que classe social é “educável”, ou melhor, quem poderá entrar no processo produtivo de forma mais adequada, integrada, numa concepção individualista, voltada para a empregabilidade e competitividade. Ao mesmo tempo, não é possível negar o espaço que esta representa na construção de um projeto transformador, quando compreendida na perspectiva do direito à cidadania. (KUENZER, 1998)

Certamente pensar os desafios presentes na relação trabalho-educação e o papel social

da escola traz a reflexão de que à construção de práticas pedagógicas voltadas para um projeto contra-hegemônico dos trabalhadores, passa pela compreensão das práticas pedagógicas que ultrapassam os muros escolares e mergulha nas relações sociais e de produção geridas no cotidiano dos trabalhadores.

5 Referências bibliográficas

- [1] ABREU, Carolina C.R. O trabalho infantil e o PETI : Programa de prevenção e erradicação do trabalho infantil. Vértices, Campos dos Goitacazes, ano 2, n. 1, p. 16-21, jul. 1999.
- [2] ARROYO, Miguel G. Trabalho-educação e teoria pedagógica. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
- [3] CRUZ, Roberto Moraes. Formação profissional e formação humana: os (des) caminhos da relação homem-trabalho na modernidade. In: AUED, Bernadete Wrublevski, org. Educação para o (des)emprego, Petrópolis : Vozes, 1999.
- [4] FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: AUED, Bernadete Wrublevski, org. Educação para o (des)emprego. Petrópolis : Vozes, 1999.
- [5] KUENZER, Acácia Zeneida. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século. 2.ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
- [6] MACHADO, Lucília R.S. A educação e o desafio das novas tecnologias. In: FERRETI, C.J. et al., org. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis : Vozes, 1994.
- [7] NEVES, Delma Pessanha. Por trás dos verdes canaviais. Niterói : EDUFF, 1989.
- [8] _____ . A perversão do trabalho infantil; lógicas sociais e alternativas de prevenção. Niterói, mimeo. 1998.
- [9] NOSELLA, Paolo. A escola brasileira no final de século: um balanço. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas do final de século. 2.ed. Petrópolis, Vozes, 1998.
- [10] SAVIANI, Demerval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, C.J. et al., org. Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar. Petrópolis : Vozes, 1994.
- [11] SINGER, Paul. Dominação e desigualdades : estrutura de classe e repartição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, cap. I, p. 11-25, 1981